

O DESENHO DE BRASÍLIA*

Luis Recamán

Resumo

A capital do Brasil, inaugurada há 50 anos, é considerada um marco da arquitetura moderna brasileira e internacional. Seu traçado e seus palácios trazem como primeira referência o vocabulário moderno, conforme este se desenvolveu a partir dos anos 1930 no país. O trabalho enfoca outros aspectos que podem ajudar a ampliar a explicação, tanto da solução construída quanto das transformações a que esteve sujeita no seu desenvolvimento como grande cidade. Procura estabelecer uma conexão histórica com as questões relativas à modernização brasileira e aos dilemas de sua matriz arquitetônica moderna, da qual Brasília foi o clímax e conclusão. Os conflitos inerentes a esse processo de modernização se transformam em “problemas da forma”, que nesta instância foram equacionados. A dualidade do desenvolvimento nacional incide no gesto inicial do projeto: a cruz que demarca o início da megaoperação, que não apenas constrói uma cidade, mas conquista uma nova fronteira no vasto território então inexplorado. Estão em jogo nesse desenho os impasses do desenvolvimento industrial brasileiro, e as próprias aporias da modernidade arquitetônica, na conjuntura do final dos anos 1950. Neste pequeno espaço, o artigo procura compreender o significado social do que aparece como traço, como gesto.

Palavras-chave: Brasília, Lúcio Costa, Arquitetura Moderna Brasileira, Cidade brasileira, Urbanismo

* 1º Seminário Internacional da Academia de Escolas de Arquitetura e Urbanismo de Língua Portuguesa. Minha participação foi garantida pelo apoio obtido da FAPESP- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

¹ Essa crítica foi realizada pela Internacional Situacionista em IS 6, agosto de 1961, no artigo “Crítica ao urbanismo”, publicado em: Jacques, Paola Berenstein. “Apologia da deriva”. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

² Depoimento gravado por Lúcio Costa em 31/05/88, no Rio de Janeiro, para o Projeto Memória da Construção de Brasília: “E o que aconteceu? Para construir Brasília era preciso mão-de-obra, né? Então muitos vieram para Brasília para melhorar de vida. Inaugurada Brasília [?] vieram as famílias, embora eles declarassem que iam embora. Quinze dias depois, um mês, dois meses já estavam as famílias lá. Acampavam, em torno da Catedral, em torno do Planalto, em torno do Itamaraty, né? [?] Inaugurada Brasília... não podia continuar. Eu insisto nisso [?] A Novacap, teve consciência de que esse momento ia ocorrer [?] tinha possibilidade, né? Que um terço dessa população voltaria pro seu país de origem, né? Outro terço, seria absorvido e o terceiro terço, finalmente, como tradição agrícola, grandes, vindos do interior assim. Então [?] no cinturão verde em torno da capital em fazendas modestas [?].”

O jornal Correio Braziliense publicou alguns trechos desse depoimento que se encontra disponível na íntegra (29 páginas) no Arquivo Público do Distrito Federal. Disponível em: < <http://www.infobrasilia.com.br/lucio.htm> >. Acesso em: 02 de abril de 2010.

Abrevia o entusiasmo de refletir sobre Brasília - cidade Arquitetura – o turbilhão recente que assola a cidade e o país. Desde o final da década passada, às vésperas de seu cinquentenário, até o final da presente década, o nome da Capital Federal se vê envolta em uma espécie de distopia tornada realidade. As denúncias e comprovações da corrupção na gestão da cidade indicavam, há mais de dez anos, que o problema ultrapassava os grotescos personagens da política local e com frequência atingissem a própria estrutura anômala do que chamamos de Distrito Federal. A sede territorial da Capital Federal não apresentava condições de gerir-se, e correu risco de intervenção. Era o início de uma escalada que atingiria o país como um todo, indicando que os frutos de uma estrutura político-burocrata isolada e degenerada selariam o destino do país, encerrando o ciclo virtuoso da “Nova República” iniciada na redemocratização do país depois do golpe militar e a promulgação da “Constituição cidadã” de 1988.

Essa distopia, no entanto, foi antevista na origem. Afinal, era um exemplar tardio de uma tradição moderna que mostrava sua verdade na expansão capitalista desde o segundo pós-guerra. Não lhe faltaram críticas instantâneas:

“Em Brasília, a arquitetura funcional revela o pleno desenvolvimento da arquitetura para funcionários, o instrumento e o microcosmo da Weltanschauung burocrática. Pode-se constatar que, onde o capitalismo burocrático e planificador já construiu

*Não brilhariam a estrela, oh bela
Sem noite por detrás
Tua beleza de gazela
Sob o meu corpo é mais”*

(“A bela e a fera” – CHICO BUARQUE e EDU LOBO, 1982)

seu cenário, o condicionamento é tão aperfeiçoado, a margem de escolha dos indivíduos é tão reduzida, que uma prática tão essencial para ele, como é a publicidade, que correspondeu a um estágio mais anárquico da concorrência, tende a desaparecer na maioria de suas formas e suportes. É possível que o urbanismo seja capaz de fundir todas as antigas publicidades numa única publicidade do urbanismo.”¹

O curioso - e o que nos interessa - é o fato de que, desde há uma década, consolidou-se a síntese entre essa cidade *sui generis* e os descaminhos da democracia brasileira, e hoje, global. O símbolo máximo da nação moderna acompanhou os descaminhos da modernização periférica. Isso põe em cheque a tese primeira de nosso modernismo construtivo: a transformação social alavancada por esse raro fenômeno de progressismo artístico-cultural em ambiente débil, que caracterizou a vanguarda brasileira.

A cidade e sua excepcionalidade política (capital do país), conformada em sua excepcionalidade urbana, tornou-se anomalia político-administrativa. Inevitável mal-estar ronda aqueles que se preocupam com as possibilidades e configurações instruídas dos espaços da expressão coletiva.

Não exatamente pela contaminação dos assuntos da ética na pureza da estética. Mas, neste caso, o contrário: evidencia que Brasília-fato não se separa, nem intelectualmente, de Brasília-traço. Essa unidade, quer na origem, quer na sua atualidade, relativiza sua modernidade, sua autonomia

ordenadora da realidade histórica à qual se adiantou e procurou realinhar. Signo colossal das contradições da “modernização conservadora” brasileira, indica a profunda essência desse fenômeno: não se trata de um paradoxo (modernizar e conservar), tampouco uma impropriedade; é uma das sínteses históricas de nossa formação social. Há, portanto ali, elementos de ambos, de avanços e permanências (por vezes deletérios ou desejáveis, conforme a perspectiva). Podemos arriscar um pouco mais: essa síntese estará presente mais nas formas arquitetônicas e urbanísticas ideadas, que nos desmandos administrativos e conflitos urbanos decorrentes da atividade social, da mesma maneira iniludíveis. Mas a isso voltaremos adiante.

Louve-se aqui o esforço repetido de compreender sua arquitetura - depurada e reduzida a proporções, geometria, volumes etc. - e suas perspectivas monumentais, livres das injunções extra-arquitetônicas às quais teria sido submetida na sua realização como cidade nas últimas décadas. Mas tal separação deixou de ter operacionalidade crítica. Nunca a teve, plenamente; pois a cidade “síntese das artes” mal resistiu à sua própria construção física acelerada. Já que seus próprios construtores - a mão de obra recrutada pelo país afora - corromperam sua lógica sócio-urbana idealizada, instantaneamente. Assim nos indica Lúcio Costa em diversas oportunidades². Esses construtores lá permaneceram sem ter lugar próprio, ocupando o “nada” do território natural, ou perenizando os precários acampamentos operários, o “nada”

do território social³. Essa dimensão contraditória está então na sua origem como fato social e arquitetônico, não sendo simplesmente um erro logístico de empreendedores afoitos. Milhares de trabalhadores não puderam ser considerados no projeto, mas seu trabalho sim - e esse fato foi celebrado como um episódio heróico e popular sacrificial (os “candangos” pioneiros). Não se trata aqui de aludir às injustiças pontuais, que são muitas e agravadas, mas de indicar que essa contradição está na relação direta entre o desenho e sua concreção, ou seja, produziu o desenho, em todas as suas nuances e escalas.

Aceitar o desvão, preservando o desenho é, portanto, impossível criticamente, tornando-se um recurso retórico ou reificação estética. Mirar como fato positivo as curvas dos palácios é desconsiderar que resultam, essencialmente, da irracionalidade de seu processo construtivo. Cada suavização formal, cada ajuste plástico, cada sublime entardecer consideram a maneira como poderá ser executado, e dela resulta. Não basta, porém, apenas criticar a exploração da mão de obra desqualificada e o desperdício dos recursos ambientais nas rebuscadas formas de madeira, preservando algum sentido de beleza intrínseco. Tampouco ver manufatura seca onde existem potentes representações sociais, e seus dispositivos. Não seria propriamente arquitetônico separar a curva-traço da curva-construção, nem para o mais ousado idealismo. A vanguarda moderna desejou exatamente o contrário: o poder transformador da construção

Da mesma maneira, em entrevista a Ana Rosa de Oliveira (s/d), reforça Lúcio Costa:

“AR: O plano piloto previa uma expansão para a cidade?”

“LC: Não. Aí está, eu previa, mas a tese era a seguinte: a cidade estava planejada para 500 a 700 mil habitantes, quando fosse se aproximando deste limite seriam criadas na periferia cidades satélites, pequenas, complementares. Para evitar aqueles fragmentos suburbanos que é sempre desagradável, desmoralizante... A cidade estava bem definida, depois surgiriam nessa periferia pequenas cidades, esse foi o esquema. O engenheiro, Sr. Pinheiro que era o responsável pelas obras, uma pessoa excepcional, com a NOVACAP, tinham considerado três possibilidades: uma vez terminada a fase inicial, dos 3 anos iniciais de trabalho intensivo, 1/3 da população obreira que tinha ido a Brasília para construir a cidade, chegando o momento da inauguração voltaria para o seu “país” de origem; o outro terço seria absorvido pelas próprias atividades locais urbanas; para o terceiro terço - como eram quase todos operários de tradição rural - a solução seria criar um cinturão verde, agrícola, em torno da cidade. Esse era o programa, mas não deu certo porque todos quiseram continuar em Brasília. E a NOVACAP ficou com aquele problema, os operários tinham criado verdadeiras favelas próximas aos canteiros de obras. Embora eles houvessem declarado que não levariam as famílias, depois de 15 dias do mês,

estavam todos lá, precisando morar e criando favela em torno de cada grande canteiro. Uma vez inaugurada a cidade – abril de 1960 – não podia ficar assim, tinham que transferir essas pessoas. Aí surgiu a ideia de criar núcleos na periferia. A NOVACAP escolheu várias áreas e projetou, com um arquiteto chamado Hungria Machado, a implantação de vários núcleos para transferir essa população obreira, dando um lote para cada um.” Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/entrevista/luciocosta/luciocosta_5.asp>. Acesso em 02 de abril de 2010.

³ Para uma análise da ocupação do Distrito Federal durante a construção de Brasília e depois de sua inauguração, ver HOLSTON, James. *A Cidade Modernista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

coletiva da ideia. É necessário perceber a historicidade do desenho. Devemos insistir que se tratam, essas observações, dos traços no papel e memoriais memoráveis – também eles documentos autonomizados na história dessa cidade e de sua crítica. Que poderá ser dito em relação à sua consolidação como cidade, fato infinitamente ainda mais complexo que essa imensa operação construtora?

Identificar, simplesmente, a relação histórica entre violência e projeto, entre exploração e autonomia não é suficiente, já que assim assentadas têm sido as grandes conquistas até hoje – o estabelecimento da própria civilização. Certo, alertar sobre esse fato, aclará-lo, pensar em possíveis distintos é sim, cada vez mais necessário, nessa pulverização contemporânea dos conteúdos. Principalmente para afrouxar nexos históricos cristalizados, ultrapassados por novas necessidades, como parece ser, devido aos resultados, o caso da arquitetura no país. Isso seria possível, ou pelo menos facilitado, se recuperássemos o sentido crítico original das propostas e ideias, assimilado ou anulado na sua realização positiva. Então, não se trata de absolver ou condenar, mas recuperar o significado histórico das apostas e propostas, fazendo vibrar o seu potencial emancipador irrealizado; e evidenciar o que nelas foi ou absorvido pela ordem, ou o que a esta anteciparam com as suas novas formas (o golpe militar sucede a inauguração da cidade que, no entanto, lhe confere cenário e abrigo adequado).

Devemos também historicizar as críticas. Como exemplo, podemos aqui fazer apenas uma pequena observação. Brasília suscitou avaliações críticas no momento mesmo da concepção de seu projeto. Quer de sua formulação política, cercada de mitologias de toda ordem, quer de sua concepção arquitetônica. A historiografia do período está repleta de senões que foram imediatamente apontados nessa operação política, e seus desdobramentos no desenvolvimento regional, no mapa geopolítico do país e nas novas possibilidades que criou para forças sociais conservadoras que não tardariam a assumir o controle. Pode-se fazer um balanço amplo dos benefícios evidentes (desenvolvimento regional) e prejuízos políticos permanentes (encastelamento do poder longe das populações urbanas mais politizadas). A barafunda ideológica em que se transformou a “questão Brasília”, no final dos anos 1950, aproximava eventualmente partidários do governo e oposição, tanto nas críticas quanto na sua defesa (por exemplo, o fortalecimento do Brasil “rural”, ao qual a mudança da capital conduziria, favoreceria setores da UDN). Tal ambiguidade, em outro âmbito, se estendia às questões arquitetônicas e urbanísticas envolvidas, provenientes também de diferentes posições político-ideológicas, no país e fora dele.

Em um primeiro momento, animado pelas possibilidades de desenvolvimento nacional (fins dos anos 1950 e início dos anos 1960), a força do seu desenho por sobre o quase nada do planalto central apontava, naquela circunstância,

as possibilidades sociais desse projeto construtivo, etapa final do processo de descolonização brasileira, auge do esforço nacional por modernização. Entendida esta última, até esse momento, como um amálgama entre avanço industrial e progressismo social, apesar de tudo.

Como que se aproveitando das demandas de governos autoritários locais, que necessitavam de representações grandiosas e “modernas” (diferentemente do totalitarismo europeu), os arquitetos brasileiros, comandados por Lúcio Costa, teriam infiltrado nessas encomendas áulicas o espírito moderno (racionalidade construtiva, funcionalidade, abstração etc.). Faltaria adrede, o sentido “social” de todas essas inovações, garantido, em letra, pela vanguarda arquitetônica europeia. Desde o MESP, o exercício do modernismo arquitetônico no Brasil fora submetido a um conteúdo estranho, monumental e simbólico. E a dúvida era o quanto se preservaria, em tais circunstâncias, um avanço – estético, social, moderno – nessa simbiose entre modernismo artístico e conservadorismo político, que Brasília agudizava. Para o crítico Mário Pedrosa, a distinção – indicando possibilidades – entre a Pampulha (1941), “fruto da ditadura”, e o complexo de Pedregulho (1947), “obra de uma época já democrática” seria a distância, sempre relativa, entre elas e o poder, com as características que este adquiriu a partir de Vargas⁴. Esses fatos arquitetônicos têm encadeamento histórico e são vinculados geneticamente, mas apresentariam sentidos distintos. O conjunto de Pedregulho realizaria aquilo

que teria permanecido inerte no exercício arquitetônico dos palácios e deleites do poder. Sem dúvida, Mario Pedrosa fazia uma aposta estética, moderna e renovada na conjuntura de forte desenvolvimento econômico local, e de horizontes ainda não claramente definidos⁵.

Essa relação histórica, uma contradição da *formação* nacional, alcança o projeto de Brasília em tensão crescente. O projeto político acionado por Juscelino Kubitschek (Plano de Metas), o edital, o programa, as propostas, o memorial vencedor de Lúcio Costa, as superquadras, os palácios de Oscar Niemeyer todos carregam e sobrepõem contradições que amarram o desejo de desenvolvimento às estruturas arcaicas do país. Hoje sabemos todos que essa configuração ideológica terá conclusão fatídica no golpe de 1964, o que não anulará ou fará cessar sua efetividade social, até os dias que correm. Mas o nosso problema neste momento é o espírito que anima o projeto dessa matriz arquitetônica. Esse não pode ser unilateralmente constituído, tampouco estrategicamente evocado, sem que se denuncie a retórica e o engano. No caso da arquitetura brasileira, esse foi de fato um duro golpe.

Não devia ser nada fácil ter posições claras a respeito desse processo de desenvolvimento nacional – do qual Brasília pode ser considerada ápice e inflexão –, a respeito do qual boa parte dos protagonistas empenhados tinha intuição de perdas e danos. Posição defensável, pois afinal, tudo tem sido sempre questão de avaliação política dos riscos da violência

⁴ As citações de Mário Pedrosa foram retiradas de AMARAL, Aracy. *Arte para quê?: a preocupação social na arte brasileira 1930 - 1970*. São Paulo: Nobel, 1984

⁵ Para uma discussão sobre as posições defendidas por Mário Pedrosa em relação a Brasília ver ARANTES, Otília B. F. *Mário Pedrosa - Itinerário Crítico*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

⁶ Esse tema foi discutido em RECAMÁN, L. *Por uma arquitetura, brasileira*. São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996. Dissertação de Mestrado.

histórica de cada processo de transformação. E deles não se tem podido escapar, mesmo antes da radicalização moderna *lato sensu*, que procurou arrancar do “mundo desencantado” da ordem burguesa a força de sua própria superação. Grande testemunho, especialmente nesse aspecto, tem a arquitetura do movimento moderno europeu: tentou reunir abstração e funcionalidade num projeto unificado de transformação social pela forma estética. Nesse caso, afirmar a racionalidade formal equivaleria a afirmar a racionalidade social (e produtiva, evidentemente). Não seria moderno, como se pretende hoje, defender uma alijada da outra, pois forma pura e “fordismo” vinculam-se historicamente, em sua conflitada autonomia relativa. Portanto, a modernidade não está no julgamento histórico do que hoje poderia ser facilmente condenado (“funcionalidade sistêmica”, “racionalidade instrumental”), mas sim, no risco assumido de poder subverter a ordem produtiva e social, através dos únicos meios disponíveis, ou seja, a partir dos próprios mecanismos acionados pela revolução burguesa, vacilante entre emancipação e alienação.

A referência à modernidade arquitetônica europeia serve aqui para ajudar a esclarecer as dificuldades da Arquitetura, principalmente no papel que se atribuiu a partir do século XVIII, de desvencilhar-se progressivamente dos processos reais de produção da cidade e do valor, em direção à utopia e ao Plano. Nada mais poderá ser dela aproximado, no que diz respeito ao Brasil, sem as devidas

análises históricas do processo de transposição desse ideário europeu para a conjuntura local⁶ (já realizadas, parcialmente, em outras ocasiões). Distinto é o processo ideológico realizado no Brasil e suas prefigurações arquitetônicas, que aqui incidiram na consolidação do “nacional”, plataforma necessária para a centralização política que propiciou o salto industrializador desde Vargas. Na vanguarda europeia tratava-se, entre outras coisas, de uma espécie de naturalização do artifício, uma ordenação ético-estética da “segunda natureza”. Uma mentalidade - o modernismo - emanada do real processo de modernização social burguesa no cenário das revoluções industriais. Não foi esse o caso, que se saiba, no Brasil.

E assim devemos proceder, longe de julgamentos definitivos. Problematizando posições, compreendendo soluções. Principalmente porque tem se tratado, na afirmação de um caráter arquitetônico nacional, de apresentar como independentes fenômenos conexos: liberdade formal e realidade social. Radiografar essa conexão pode liberar o passado para fazê-lo incidir de maneira diferente sobre o presente, abrindo novas possibilidades. Se dessa maneira enfraquece-se, retroativamente, a dimensão “utópica” dessa experiência moderna, sobressaem, no entanto, os efeitos reconhecidamente problemáticos dessa flutuação das formas arquitetônicas sobre nossa realidade urbana. Passadas cinco décadas desse momento conclusivo da arquitetura brasileira, podemos com acuidade

avaliar o que resultou desse afastamento, sucedâneo drástico do ímpeto moderno do “novo” (sempre relativizado quando de fato construído em realidades mais socialmente coesas que a nossa). Podemos inverter, por uns instantes, a perspectiva cristalizada que vê esses grandes exemplos como reagindo à realidade sociourbana brasileira (caótica, injusta, dividida etc.), e considerá-los como solução que possibilita, no que diz respeito às cidades e sua transformação, essa precariedade social (também territorial e espacial). Isso através da potência de uma unidade incomum entre forma material e dimensão simbólica.

Mas esse diagnóstico de “antiurbanidade” serviria para uma experiência sobretudo urbana como Brasília? Afinal, trata-se da conclusão, na escala da grande cidade, dos preceitos ensaiados em estágios prévios, em experiências parciais de arquitetura, nos vinte anos que antecederam esse plano urbano. Talvez possamos assim considerar, apoiados tanto na sua origem, com suas ideias mais preservadas, como na sua radical transformação nos últimos anos. Ou seja, duas tarefas: iluminar e problematizar a solução na origem, e considerá-la nas atuais circunstâncias - na apropriação, pela sociedade, do plano urbano agora transformado em cidade. E assim tentar superar leituras desse complexo fenômeno que procuram destacar-lhe dimensões que, se eram plenamente intrincadas no jogo histórico, não podem hoje ser isoladas dos desdobramentos reais.

A PUREZA DO PLANO PILOTO

O fato do esquema anterior ter tido a rara oportunidade histórica de expandir-se até a escala de uma grande cidade, e dessa maneira testar suas hipóteses socioformais, nos permite averiguar o que de fato se passou. E encontraremos aí uma complexa formulação na qual concorrem “necessidades internas” (da forma), “necessidades insatisfeitas” (das ideias) e “necessidades reais” (do mundo). E nessas três instâncias incidem condições específicas e comuns, relativizando sem descanso a independência atribuída ou reivindicada pelas vontades. E essa separação é apenas analítica e operativa, já que a realidade se deflagra em um movimento unitário de significação dessemelhante. As múltiplas interpretações do fato arquitetônico podem ser consideradas como combinação variada desses três componentes. Afastados para melhor elucidar elementos, devem, em qualquer perspectiva, serem reunificados como problema, em uma instância totalizadora da reflexão.

Mas o plano piloto teve seu momento de “pureza”, ou pelo menos, de um instante “ideal” em que a solução, como diz Lúcio Costa em sua Memória Descritiva, “não foi procurada mas surgida, por assim dizer, pronta”⁷. Isso adquire um sentido vigoroso na medida que, além de “pronta” a solução, e seu resultado, a nova cidade, surgiria do nada, nos campos vazios do planalto inabitado. Um “novo” inovado, pois, como um “milagre”, distanciava-se da história e do

⁷ Citação retirada do texto “Brasília”, in COSTA, Lúcio. *Sobre Arquitetura*. Porto Alegre: Centro de Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962, p. 264.

presente, a partir dos quais, para fazer jus à modernidade pretendida, deveria ser construído. Nada de uma revolução das mentalidades permitida pelas transformações técnicas industriais, aceleradas em sua própria lógica de reprodutibilidade; mas, uma aparição *ex machina* ao mesmo tempo material (que pretende, junto com as outras “metas” do plano, instaurar a indústria fordista no país) e espiritual (nova sociabilidade acionada pelo convívio permitido pelas novas formas da arquitetura e dos espaços coletivos). O quanto de “impureza” existirá já nesse gesto livre, ou em seu desejo de desligamento da realidade histórica e social, não precisa ser retomado (a fragilidade e eficiência do ponto de apoio social da alavanca moderna brasileira). Por mais potente que seja o *zoom* analítico, a partícula encontrada existe através de suas determinações. Nesse caso, talvez seja útil encaminhar a análise em direção a alguns aspectos da solução que dão concretude às imbricações entre os processos concretos de modernização e as formas urbanas e arquitetônicas ensaiadas.

Idear uma cidade, no ambiente arquitetônico e urbanístico que se seguiu ao segundo pós-guerra, deveria levar em consideração aspectos extrafuncionais, ou seja, as necessidades de representação coletiva e as formas concretas de vida, revalorizadas depois das radicais experiências da planificação urbana moderna. Em cada centro de pensamento consolidou-se uma alternativa ao planejamento funcional, principalmente na Europa e

Estados Unidos. O Plano de Brasília causou estranhamento e um sentimento de anacronismo ao repropror soluções que estavam sendo amplamente criticadas em vários países. Mas isso é verdade apenas parcialmente. Na síntese proposta por Lúcio Costa, reverberam várias discussões que deveriam ser melhor analisadas, e que poderiam vincular esse plano urbanístico a outras tradições (um urbanismo não moderno, no sentido da Carta de Atenas) e às próprias revisões da modernidade, em curso quando do projeto, na segunda metade dos anos 1950. No primeiro caso, às escalas das formas de existência coletiva (“desencantadas”) que constituíam uma síntese entre infraestrutura, convívio e representação territorial, na tradição que vai das cidades jardins às unidades de vizinhança (com ênfase raramente arquitetônica). No segundo caso, referências às visões que buscavam mais “realismo” na relação dos indivíduos com o sítio (Natureza ou História), com os outros indivíduos e com as representações coletivas democráticas e identitárias (cidade ou cultura *pop*), marcadas por uma grande experimentação arquitetônica e urbanística, desde o final da guerra até os anos 1960 (não livres do *linguistic turn*). Em ambos os casos, um forte componente antivanguardista, ao procurar desenvolver sensibilidades ancoradas nas experiências individuais e sociais consolidadas na história, como um antídoto à alienação moderna que a planificação funcional só haveria reforçado. Essa reversão de perspectivas já havia sido indicada, mas

não resolvida, pelas tentativas finais dos CIAMs em reunificar os elementos da cidade funcional através de um centro de vida coletiva, misto de espaço público, cívico e monumental, de inevitável caráter burocrático e institucional. Mas o eixo do problema urbano já estava definitivamente realinhado em torno do significado da cidade como fenômeno histórico e social, e o novo pensamento arquitetônico procurava pousar na realidade depois do *tour de force* utópico⁸. E o projeto de Brasília, de Lúcio Costa, só pode ser entendido inserido de maneira hesitante nessa atmosfera.

Não pretendemos esboçar aqui uma genealogia das ideias de Brasília, trabalho parcialmente já realizado, talvez com objetivos opostos a estes. Mas apenas reforçar a ambiguidade apontada entre algumas ideias sobre essa cidade, e entre elas e os processos reais em curso, já indicados (desenvolvimento regional, gigantesco dispositivo geopolítico etc.). A cidade “humanizada” que Lúcio Costa buscava, chocava-se, em primeiro lugar, com a demanda monumental pretendida, e em segundo, com a ausência de “realidade” do planalto central. O movimento e a colisão são claros: a cidade próxima aos modos de vida, voltada à experiência cotidiana, às identidades e, essencialmente, à formação do cidadão, interceptada pelo “extraordinário” de seu isolamento tempo-espacial e de sua função primeira de ser uma capital federal. Tais excepcionalidades devedoras do programa político são, como conceitos, conflitantes com a busca de proximidade, tranquilidade e

intimidade, e tampouco não análogos a cosmopolitismo, urbanidade e cultura metropolitana. E essas dimensões não são apenas questões de “programa”, a serem resolvidas no projeto, mas incongruências cuja justaposição nada mais é que o desencontro de expectativas e enganos. Talvez esse aspecto, essa desconformidade, tenha suscitado e revigorado a novidade, que passaria ser, ou reivindicar-se, a invenção de uma cidade híbrida, com potencialidades concorrentes, cuja força de unidade arbitrária só poderia energizar e desmedir o desenho, instância última de acomodação de tensões, nessa nossa longa história de belas formas. Clímax e crise do modelo, porque, afinal, essa grande cartada elimina o resíduo de utopia e encobrimento do fato inequívoco de a matriz brasileira ter-se constituído na possibilidade “antiurbana” do esquema europeu (lá presente, mas irrealizado em seus próprios termos). A ela (crítica voraz à cidade burguesa) recorreremos, não para ultrapassá-la, mas por não termos conseguido dar forma histórica moderna aos impasses latentes de uma sociedade construída com agilidade sobre os escombros de uma perspectiva liberal.

O conflito formal antecede, então, o próprio desenho de Lúcio Costa, em seu sábio esquematismo e constrição. Apenas a força de uma solução tão resumida poderia, por clareza e explicitude, sobrepor-se a tal embate inaugural. Diríamos serem inversamente proporcionais (o laconismo do “risco” e sua forma, e o a-formalismo dessa matéria social profusa). O desenho - sempre impossível

⁸ Esta reflexão não é uma crítica à arquitetura contemporânea, mas apenas uma tentativa de ampliação da questão “Brasília”. A necessidade agora é de mostrar vínculos históricos e não criticar conteúdos prescritos. É evidente que essa busca de “realismo”, de claro espírito “antimoderno”, deparou-se com o desvanecimento do real, e a emergência dos “significantes” conforme aponta Frederic Jameson in *Pós-Modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Ática, 1996. Mas, se isso ficará claro a partir dos anos 1970, pode-se reconhecer parcialmente as suas origens nesses intensos debates sobre arquitetura e cidade que antecederam 1968. Tal percurso é próprio das mudanças produtivas desencadeadas pelo capitalismo avançado, refletido em praticamente toda produção intelectual a partir da guerra.

- de uma cidade é infinitamente inclusivo, pois pretende dar conta de expressões múltiplas e circulares. No limite, é-lhe similar na incompletude e variedade. Resta, na prática, apenas a possibilidade de alguma estruturação, ordenação e embelezamento, em constante disputa como os fenômenos reais e com as possibilidades ideais ou desejadas. Mas, a hipótese de Brasília, como dissemos, é híbrida e heteróclita, se pensarmos mais no seu plano que na lógica de sua formulação política. A Capital Federal foi necessariamente sendo revestida e sobrecarregada do reclamo de uma nova possibilidade urbana e social, a despeito de ser realizada por uma nação na qual tal configuração se mostrava cada vez menos razoável. Tal disparidade foi sendo colmatada por corruptelas ideológicas que adensavam a significação do novo plano em torno de uma radical transformação da sociedade brasileira. A nova capital inaugurava e demonstrava essa possibilidade, como grande exemplo que ia ganhando força no sentido oposto da regressão política que de certa maneira ela antecipa (a crise desse precário amálgama político-econômico inicia-se em 1961, com a renúncia do Presidente Jânio Quadros, meses depois da inauguração da nova capital).

Não se tratou, portanto, da construção de uma cidade, mas de uma expressão da hipótese brasileira de modernização produtiva e social que se acreditava em curso (ai o fundamento de seu antagonismo). Uma aposta radical, fruto dos impasses do modelo que se evidenciavam a cada manobra. Mas por que

esse conflito se revela mais no desenho que nas aporias políticas do desenvolvimento? Afinal, qualquer que seja o ponto de vista, confrontado agora em nosso cômodo distanciamento temporal, a modernização brasileira sucedeu ao acomodar ideológica e culturalmente a estrutura colonial escravista ao modelo de acumulação industrial hipertardio. Nesse sentido, onde quer que se busque contradições, elas estarão presentes. Ao isolarmos cada aspecto desse processo, atentando à sua lógica interna, poderemos reforçar o diagnóstico de equação aporética. Mas, política, economia, desenvolvimento social etc. guardam, da sociedade, sua plasticidade e certa indeterminação. Ao cristalizar formas que deem suporte ao que se acredita ser o território da cidade, os paradoxos surgem sem disfarces, ao observador atento. E, novamente, não se trata aqui de indicar o evidente, ou seja, a inadequação da forma urbana em análise à apropriação necessária da cidade por suas funções, previstas ou não; mas de reconhecer na solução, a espacialização desses problemas, que assim se tornam problemas de sua forma.

O PONTO E O PLANO

Pensar e planejar cidades são uma operação complexa, mas neste caso, essa complexidade se desdobra em oposições que necessitam solução espacial. Ideias e antecipações se materializam em qualquer fato arquitetônico, e com elas suas antinomias. Assim, quanto mais próximas do

real e das formas do mundo social, menos desenho (situação meramente hipotética), e quanto mais distante dele, e mais próximas das ideias e seus bons e maus equívocos, mais desenho. Não no sentido quantitativo, mas no qualitativo: mais síntese, mais concisão, mais radicalidade gestual. Em Brasília, a ousadia formal da solução preenche sua difícil viabilidade social. Não pelo fato incontestado da iniquidade nacional, mas porque àquela disposição volumétrica não correspondem formas sociais possíveis ou desejáveis. Indicam, antes, um “mal-estar da entidade nacional brasileira”, recuperando aqui Mário de Andrade com algum anacronismo, e sem conteúdo trágico⁹. Esse é o aspecto mais importante de Brasília “ano zero”, cuja clareza do traçado – construído – é a dimensão possível de composição desses vetores de forças sociais em conflito lógico e histórico. Ou seja: não seria necessário o Brasil, para Brasília conflitar-se a si mesma.

E se tal acomodação pelo desenho se mantém possível é porque repõe aquilo que, para facilitar, poderíamos chamar de dualidade estruturante da vida social brasileira, que faz com que sejam frouxos os laços que unem nossa vida mental à material. Tal frouxidão está longe de ser sinal de fraqueza. Trata-se de nosso *modus operandi*: assim, o que se pode chamar de realidade nacional produz-se nesse trânsito, à margem de lógicas pré-estabelecidas pelas tradições às quais, em princípio, estaria atrelada, tanto em suas formas produtivas quanto ideológicas¹⁰.

À experiência de conquista do imenso território no Atlântico Sul sobrepôs-se

uma superfície religiosa devedora das transformações sociais na Europa a partir do século XVI (em ritmo de potencialização da expressão artística), nesse estágio de desenvolvimento possibilitado a partir do fortalecimento de monarquias tradicionais. No contexto de território livre e sem passado religioso, tais estratégias desdobraram-se historicamente em manifestações cuja superficialidade acomodava a lassidão dos princípios e o “falso fausto”¹¹ das expressões sociais. Não possuindo sua “tradição” (cristianismo), ficamos da mesma maneira impedidos de seu futuro (revolução liberal-burguesa). Desembaraçamo-nos com certa destreza dos conteúdos morais desses séculos de transição à nova ética da acumulação capitalista, à qual tampouco aderimos plenamente, a seu tempo. Formas sociais herdadas, sem conexão a seus conteúdos históricos originais, que passamos a operar em uma camada pouco densa entre a realidade e a imaginação. Assim podem ser vistos, a nossa primeira cruz, e os séculos de isolamento colonial, que balizaram boa parte do nosso desenvolvimento e modernização industrial¹².

Mas se antes o jogo valia-se de representações cristãs medievo-tridentinas, agora, em nossa modernidade, teve de ser atualizado para um conflito laico. Mas aí está o problema: como manter o esquema simbólico formativo, com a energia necessária para fazer a roda girar, sem a força emprestada às totalizações religiosas, previamente formuladas? O modernismo local buscou nas representações artísticas da colônia uma síntese de identidade nacional, seguindo aí a

⁹ Ao refletir sobre a obra e a biografia do Aleijadinho, Mário de Andrade identifica um conflito fundamental na situação da colônia, na busca de produção artística independente. Ver ANDRADE, Mário. *O Aleijadinho* in: Aspectos das artes plásticas no Brasil. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1984, p. 11.

Poderíamos expandir esse mal-estar a todo ciclo “nacional”, e seu paroxismo no plano de Brasília.

¹⁰ Utilizo aqui o conhecido esquema desenvolvido por Roberto Schwarz em *As ideias fora do lugar*, introdução de seu livro sobre Machado de Assis, in *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1988.

¹¹ Conforme Laura de Mello e Souza in *Desclassificados do Ouro*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. A autora provavelmente recupera e desenvolve as imagens mariorandianas de “esplendor falso” e “tradição de fausto”, em seu texto sobre o Aleijadinho (1929).

¹² Penso aqui na exuberância dos templos e das procissões do período colonial, e todos os seus aparatos, principalmente do ciclo do ouro. Tema identificado por Mário de Andrade, foi parcialmente desenvolvido por Laura de Mello e Souza. O interessante é verificar que, mingando o ouro, aumentava o luxo das construções e eventos religiosos, e as manifestações de fé.

cartilha moderna de emancipação da arte, caminho possível de espiritualização no mundo das mercadorias. De maneira muito criativa, exploramos novas funcionalidades desse esquema parcialmente herdado da vanguarda. Da “ideologia da forma” capturamos as formas das ideologias; quer dizer, o mecanismo congelado de aparições mentais, que passariam a rebocar o carro do desenvolvimento. Inverte-se a equação original, na qual ideias baseadas em possibilidades e antagonismos da vida burguesa e industrial, que tensionavam os arcaísmos residuais da sociedade europeia, passam a configurar - em sua maleabilidade incorpórea, adequada a ajustes locais - matéria, a seu modo, também flexível. E há, claro, uma história dessa apropriação vanguardista em nossa conjuntura moderna, que foi se transformando com o passar dos fatos. Sem tempo de retomá-la, podemos passar para o seu limite estético.

Há algo de exterioridade sem lastro, certamente. Mas agora, com Brasília, em boa medida, chegamos a uma operação conclusiva no que diz respeito às ranhuras das ideias nos processos reais de transformação social - ou pelo menos, na boa aproximação entre ambos.

A cruz formada pelos eixos monumental e residencial, como tantas vezes já se disse, tem mais a intenção de marcação no território pelo desbravador, que ponto zero de um eixo de coordenadas gerador de uma espacialidade contínua e abstrata (moderno). A linha zenital é demarcada, reforçando seu conteúdo simbólico, pela cruz que, entre nós, foi ao

mesmo tempo gesto religioso inaugural e civilizatório, já que a primeira missa inaugura também a primeira empresa. O que era a *Terra Brasilis*, senão o caos primordial, a ser ordenado pela lógica racionalizadora das forças do progresso? Sem discutirmos religião, que não é o caso, podemos sim enfatizar certa artificialidade de nossos sistemas simbólicos, herdados de maneira descontínua. Exemplos não faltariam. Mas devemos, principalmente, reconhecer sua funcionalidade socioprodutiva, para não ficarmos discutindo temperamentos. E também sua tendência à amplificação, como resultado de suas imensas tarefas (coesão de material extremamente movediço), à cada fase com mais difícil equação e desfecho. Amplificação pode ser entendida aqui como extensão sem qualidades, e não como subsunção a conteúdos emancipatórios historicamente permitidos. Em pouco conseguimos alterar essa lógica com o advento do Brasil republicano, quando a vida mental local passa a tentar acelerar os mecanismos de formação nacional com vistas à modernização comandada pela produção industrial. Organiza nosso modernismo o mito da origem, localizado no isolamento da colônia e as primeiras tentativas de independência. Em grau progressivo de irrealidade, seguem-se os primeiros achados modernistas da arte mineira, o Aleijadinho, a casa colonial de Lúcio Costa, a opulência da arquitetura religiosa, para finalmente chegarmos às referências supra-históricas de Oscar Niemeyer: a paisagem exuberante e a “curva da

mulher amada”. Mitologias resfriadas e racionalidades operaram também no Brasil, em sua dialética civilizatória.

Se a cruz de Brasília tem também essa genealogia, herança e impossibilidade, fica evidente que não se trata mais de conteúdos religiosos, mesmo em sua expressão local, empenhada em exterioridades e menos atinada com seus ditames morais. Talvez se trate de uma atualização de conteúdos que ainda reverberassem na consciência nacional, que respondam a uma estrutura geral que instaure sentidos repetidamente, sem alcançar um ponto tal, que a engrenagem cultural passe a girar por si mesma. Partir dos zeros, dos momentos primordiais, das conformações fora da dinâmica histórica. O plano de Brasília carrega, portanto, essa providência.

Gesto sintético que procura inaugurar o sentido a partir do “nada” do território livre. Cria um eixo gravitacional que organiza, nessa relação mínima com a terra, a novidade construtiva de genética abstrata e *standard*, que vai comandar a disposição das superquadras no eixo norte sul (de intenção linear e infinita, de forma familiar na linguagem arquitetônica brasileira). Inegável disposição de criar significação territorial, em oposição a sua filiação mais direta e moderna (conforme se configurou o plano urbano no final dos anos 1920 e posteriormente na Carta de Atenas). Não se trata da locação técnica do projeto, de acertos orográficos, mas de identificar na essência do traçado em relação à península uma clara necessidade de significação do sítio. O

conhecido formato desse traçado-gesto ressignifica a península, dando-lhe ordem e razão de ser, indicando a sua forma latente. Ao território vincula-se diretamente, e por razões que, se têm dimensão técnica, não têm aí sua origem ou potência. Uma ambígua configuração entre universalização e proximidade, que produz grande tensão interna, e cuja unificação pelo desenho produz falsa assimilação e reconforto. O desenho, em sua concisão precisa, reconduz e organiza essas dimensões antagônicas. Provém daí sua força arrebatadora, tanto na ocasião do julgamento das propostas quanto da imediata empatia popular.

Mas quais as forças de fato que reordena em sua forma? O que significam esses preceitos em oposição, que dão suporte e sentido a ações de projeto que se distinguiram historicamente?

Esse foi um embate moderno: enfrentar a perda da “organicidade” da cidade recompondo, renovando ou inovando sua semântica; ou aprofundando seu alheamento e abstração em direção ao “novo”. Conflito ultrapassado antes mesmo de ter sido devidamente equacionado em experiências urbanas que pudessem confrontar o real e as forças sociais em disputa nas primeiras décadas do século XX. Destacada da dinâmica social a que estava atrelada, algumas formulações aportaram entre nós na década de 1930. Exatamente sua vertente “mais avançada”, corbusiana, em pessoa. Isso significa que a mais radical experiência de uma nova espacialidade, homogênea e infinita (sempre considerada, mas

¹³ RECAMÁN, Luiz . Lelé e a arquitetura moderna brasileira. São Paulo: *Tropico – UOL*, 2003. Disponível em: <<http://pphp.uol.com.br/tropico/html/textos/1689,1.shl>>. Acesso em: 20 de novembro de 2017.

nunca construída com os meios técnicos disponíveis antes da reprodutibilidade fordista), informou a disposição de elementos construtivos arquitetônicos que iniciavam aqui um caminho ao mesmo tempo necessário e surpreendente. E dela Brasília é resultado magnífico. Tanto na solução dinâmica do eixo norte-sul (habitacional), de Lúcio Costa, quanto na solução estática do eixo monumental, a ser preenchida por Oscar Niemeyer. Poderíamos dizer que exploramos os dois aspectos, ou mesmo, o conflito básico dessa modernidade arquitetônica: o processo, a “montagem”, a superação do objeto; e sua sublimação objetual (“causa” e “estilo”). Nesse sentido, os eixos de Brasília acomodam uma disputa histórica, uma contradição do espírito. À precariedade amplamente registrada dos sistemas construtivos dos palácios e suas curvas, no eixo monumental, contrapôs-se timidamente a pesquisa de pré-fabricação e sistemas modulados para construção das superquadras. Fato que não se mostrou decisivo para o equacionamento do imenso déficit habitacional do país, o que ficou evidente nas décadas seguintes. Essa dificuldade pode ser bem avaliada na análise do trabalho do arquiteto João Filgueiras Lima, o Lelé, pioneiro dessa pesquisa na construção de Brasília.¹³

O setor habitacional, disposto em linha curva em direção norte-sul, é devedor das lâminas curvilíneas corbusianas de Argel e Rio de Janeiro (1929), experienciadas em grandes projetos no Brasil (Pedregulho, Copan, etc). Se a solução é distinta por um lado (mais evidente), aproxima-se pelo fato de dis-

por, em direção a um infinito conceitual, células construtivas de habitação e seus derivados imediatos. É, como realização, a mais importante versão dessa concepção corbusiana, já que os outros exemplos se caracterizam mais pela impossibilidade de acomodação da grande estrutura à realidade urbana da terra dividida (o que resulta em um conflito formal insuperável, entre impulso de expansão e constrição). Lúcio Costa deu a essa curva conciliatória essa possibilidade de extroversão formal, amplificada pelo vazio do território. Não ajusta apenas o conflito de sentido local (na dialética “nacional”), mas explora ao limite essa contradição universal.

Todavia essa disposição de casas tem também, como dissemos anteriormente, uma genética oposta, que talvez seja até hoje o grande legado dessa cidade (ainda que dificilmente vivenciado): o conforto do “bloco”, a mediação exata entre o sentimento de unidade confrontado à indeterminação do todo homogêneo. Por conforto entenda-se não as facilidades, várias, do bem morar aí distribuídas, mas sim, a justa medida do sentimento entre o particular e o infinito. Assim, além de formalizar uma tensão intramoderna, Brasília também constrói uma tensão negativa do moderno, ou seja, uma busca de sentido a ser obtido na experiência do indivíduo e do coletivo, um anteparo entre a unidade e o tipo. Dessa forma atualiza, num contexto paradoxal, as “unidades de vizinhança”, resíduo de sociabilidade comunal resistente à a-significação da metrópole e de sua radicalização planificada. Culturas urbanas paralelas que, se assim considerarmos,

tiveram encontro marcado no plano dessa nova cidade. Mas, o que torna o resultado excepcional, do ponto de vista de sua formulação estética, é o fato de tal mediação não recorrer à irresistível semântica das cidades europeias; ainda que elas, segundo Lúcio Costa, tenham sido uma inspiração. Logra esse sentimento de acolhimento do indivíduo a partir do mais rigoroso espaço desornamentado e depurado de signos reconhecíveis pela tradição urbana, lá e cá. Pode-se considerar que a abstração moderna tenha sido, nesse momento, levada a um limite raro (mesmo considerando que a arquitetura e o *plano* já sejam os limites possíveis da vanguarda). Trata-se de uma luta, sem trégua ou termo, contra a alienação do indivíduo na grande cidade, ainda que sejam aceites os mecanismos de automação da vida. Vistas do alto ou nas plantas, as superquadras são esquemas suprematistas que buscam o inefável dos passeios pelos bulevares da Paris hausmanniana.

O cotidiano dessa cidade, em seus primeiros anos, denuncia a operação, ao buscar referências cognitivas nesse território desenhado para eliminá-las. A nomeação da rua EQS 307/308 de “rua da igreja” mantém uma estrutura toponímica da tradição das cidades no Brasil, fracas em referências “europeias”, e, portanto, se apegando a sinais incipientes. A igreja de Nossa Senhora de Fátima foi um dos primeiros templos construídos na capital federal. E essa referência frágil, diante da racionalidade ostensiva da organização das vias e superquadras, passou a designar essa rua; primeiro, informalmente, e

agora, oficialmente. A mesma operação linguística pode ser identificada na apropriação das vias de tráfego como “ruas” tradicionais. A princípio, desenhadas funcionalmente como acesso de veículos, estacionamento e carga e descarga, estavam destinadas aos “fundos” da cidade. O acesso às lojas e serviços se daria pelas arborizadas alamedas da cidade-parque, conectadas às unidades habitacionais. Mas a leitura da “tradição” se impôs: ruas, carros, lojas, confusão passam a designar, na memória urbana remanescente, a “rua do comércio”. O pragmatismo dos comerciantes inverteu o projetado, transformando em fachada os fundos, e em “fundos” a fachada (que nesse caso significa amontoados de caixas, latas de lixo, depósitos precários e inacessibilidade). As razões da funcionalidade submeteram-se à apropriação semântica, nesse caso mais forte que as evidentes vantagens operacionais. Essa vitória da “tradição” urbana por sobre a ideiação funcional, da mesma maneira, alterou a lei urbanística.¹⁴

Esses conhecidos exemplos informam, no caso desta análise, os limites da abstração espacial para a consecução de identidades, como era pretendida. Ao estimular a relação intermédia de “vizinhança” a partir da disposição tipológica, Lúcio Costa inverte o esquema das grandes Metrôpoles nas quais impera a ordem do valor e sua indiferenciação espacial, impregnada em figurações e ornamentos dispersos e alheados na sua significação não mais narrativa (fragmentos não reunificáveis em um sentido acordado).

¹⁴ HOLSTON, James. *A Cidade Modernista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

¹⁵ Entrevista à Revista Manchete. Citado por Lúcia Oliveira no texto “A construção de Brasília” In *O Governo de Juscelino Kubitschek*. Dossiê do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Brasilia/Construcao>>. Acesso em: 02 de abril de 2010.

Parece que o processo de análise dessa cidade-risco não cessa de deslizar conflitos. Quanto tentamos isolar um “positivo”, para ali encontrar solução, deparamos com contradição. Então, o plano-piloto se contrapõe à estrutura do país dual; o eixo Norte-Sul “processo” contrapõe-se ao Eixo monumental narcíseo; mas mantém-se a antinomia no próprio setor residencial, que parece explodir onde seria o caso de encontrar-se paz duradoura (afinal, as superquadras, principalmente as originais e bem desenhadas, estão acima de qualquer suspeita). Parece repor, a cada instância, o conflito original da “cruz” demarcatória, que dá forma-síntese ao conflito entre homogeneidade e unidade. Que é também o choque entre modernidade e sentido, entre automação pretendida e arcaísmos sociais. Instaura o eixo zenital do tempo-espaço sagrado, sem crença, em ambiente impróprio, onde nunca a houve.

É Lúcio Costa adentrando já sem contrapeso na espiral fantasmática do “nacional”. Da sobriedade e robustez do “formigueiro” da casa da colônia – atualizados na “moça de cara lavada e perna fina” do esquema moderno emprestado – passamos às estruturas míticas artificiais da gênese urbana. Ultrapassa, nessa sua radicalidade imaterial, as aparentemente ingênuas formulações de Niemeyer

sobre o “natural” tropical (sucedâneos do mito de origem colonial). Tendo resistido por algum tempo a essa ruptura com o presente histórico – pois sempre procurou alinhar fenômenos em lógica histórica a partir de nexos materiais – Lúcio Costa percebe a fragilidade social do atrelamento do “novo” às possibilidades concretas do país. Rompe assim, ideologicamente, a barreira do moderno, em direção ao tempo sagrado e à hierofania do espaço. Nesse final dos anos 1950, impulsos similares pressionavam o campo da arquitetura, tanto pela via “antimoderna” da ressacralização do espaço, quanto pela via fenomenológica, do “habitar, construir pensar” heideggeriano. Esse era um problema geral da conclusão do ciclo moderno. Mas em Brasília, adquire clareza pedagógica, pela magnitude desse construto social inédito. Tamanho conflito – de ordem universal – exterioriza-se nessa ideiação quimérica da solução particular “sem solução” do Plano piloto e sua arquitetura. Um mundo inteiro construído a partir de um ponto que se quer livre e potente, mas cuja circunstância indelével conta uma outra história, a do Brasil contemporâneo. Concluo, compreendendo de maneira diversa as palavras de Lúcio Costa, ditas em 1974: “Digam o que quiserem, Brasília é um milagre”¹⁵

LUIS RECAMÁN – Arquiteto e urbanista (USP, 1983), Ciências Sociais (USP, 1987), Mestrado em Filosofia (USP, 1995) e Doutorado em Filosofia (USP, 2002). Professor da FAU/USP, é coautor de *Brazil's Modern Architecture* (Phaidon, 2004) e *Vilanova Artigas: Habitação e cidade na modernização Brasileira* (Unicamp, 2013).